

Persistem fraquezas na prevenção de uniões prematuras

Notícias, Compromisso com os Factos, 29.05.2021, Pág. 01
Ed. nº 31.311

O NÚMERO de raparigas que se casam antes dos 18 anos de idade continua elevado no país, evidenciando fragilidades na divulgação e implementação da Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras.

As estatísticas do sector do Género, Criança e Acção Social indicam que 130 raparigas se casam por dia no país, uma cifra alta, considerando a existência de instrumentos normativos para prevenir a sua ocorrência.

O impacto das restrições de mobilidade sobre o sustento das famílias e a capacidade de as mulheres de aceder a serviços de apoio, em resultado da Covid-19, aumentou a incidência do fenómeno.

A presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, Género, Tecnologias e Comunicação Social na Assembleia da República (AR), Lúcia Mafuiane, refere que a existência de muitas crianças submetidas a casamentos forçados revela fraquezas na divulgação das leis existentes sobre a matéria.

Mafuiane, que falava na Conferência de Operacionalização da Lei 19/2019 sobre a Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, defende a adopção de estratégias concertadas entre os vários actores para garantir a sua divulgação e implementação.



Uniões prematuras levam raparigas a ter filhos antes de o organismo estar preparado

“Estamos aqui para estudar mecanismos de mudar a estratégia inicial que não está a dar certo. Esperamos sair da conferência com ideias de como reforçar a divulgação da Lei. Como Terceira Comissão, estamos aqui para coordenar com outros actores na busca de novas estratégias”, disse Mafuiane.

A representante do Fundo das Nações Unidas para População, Andrea Wojnar, disse que a Covid-19 continua a desafiar a capacidade de adaptação e resiliência e as intervenções no âmbito do programa

global para a Eliminação das Uniões Prematuras tiveram de se adaptar a este contexto, facto que agravou o cenário já alarmante dos casamentos forçados.

A posição foi reforçada pela presidente da Coligação para Eliminação das Uniões Prematuras (CECAP), Ferosa Zacarias, para quem a pandemia e os conflitos armados agravaram a situação dos direitos humanos das raparigas e condicionaram as acções de operacionalização da implementação da Lei.

“As uniões prematuras

privam as meninas de acesso à educação, roubando-lhes oportunidades sócio-económicas. Também limitam o seu poder de tomada de decisão sobre os seus direitos sexuais e reprodutivos”, acrescentou.

Por seu turno, Maria Luísa Fornara, representante do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), considerou que estas uniões têm um impacto negativo na saúde e bem-estar das raparigas, nos índices de mortalidade materna e infantil, bem como no estado nutricional e a acesso à educação.